



Gerardo Magesa/Agência Senado

Pesquisadores e acadêmicos apresentam novas tecnologias para vencer o mosquito transmissor da dengue, em audiência coordenada pelos senadores Ana Amélia (C) e Wellington Fagundes (2º à dir)

Especialistas defendem mais pesquisas para vencer o *Aedes*

Bioinseticidas, mosquitos geneticamente modificados e bactérias que infectam insetos são experiências bem-sucedidas citadas por debatedores

O governo precisa investir mais em estudos contra o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor de dengue, zika e chicungunha, segundo participantes de audiência pública feita ontem no Senado. Eles citaram novas tecnologia disponíveis, mas

acrescentaram que o país precisa estimular parcerias entre empresas e instituições de pesquisa sem interromper os métodos tradicionais de combate ao inseto. Ações e campanhas permanentes de conscientização também são fundamentais, garantiram.

Os senadores que presidem as Comissões de Agricultura e Senado do Futuro, Ana Amélia e Wellington Fagundes, criticaram o relaxamento de medidas de contenção do mosquito verificado nos últimos anos, o que teria levado à multiplicação de casos de dengue. **3**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Rose de Freitas e o deputado Waldir Maranhão na sessão de promulgação

Prazo para troca de partido já está em vigor

Deputados e vereadores que queiram mudar de legenda têm 30 dias para fazê-lo, sem risco de perder o mandato por infidelidade partidária. A Emenda Constitucional 91, que cria “janela partidária”, foi promulgada ontem pelo Congresso. **2**



Paim (2º à esq.) diz que proposta da Câmara retira direitos dos trabalhadores

Mato Grosso aprova documento contra projeto sobre terceirização

Em Mato Grosso, após audiência da Comissão de Direitos Humanos, foi aprovada uma carta contra o projeto de lei da terceirização. O debate faz parte de uma série de reuniões

da comissão nos estados. Paulo Paim diz que o objetivo é aprovar um projeto que responda às necessidades dos trabalhadores brasileiros e não permita prejuízo ou precarização. **4**

Comércio com Coreia é falho, diz diplomata

Indicado para embaixada na Coreia do Sul, Luís Fernando Serra disse que comércio com o país é desfavorável ao Brasil, que vende produtos agrários e compra industrializados. Para ele, isso precisa mudar. Comissão aprovou indicação. **4**



Ao lado de Aloysio Nunes, o diplomata Luís Fernando Serra fala em sabatina

Marcos Oliveira/Agência Senado

Delcídio entrega defesa para o Conselho de Ética **4**

Pompeu de Souza, ex-senador, será homenageado **4**

Novo Relatório da Presidência

Mais conteúdo eletrônico | Versão impressa reduzida

Saiba como foram as atividades legislativa e parlamentar do Senado e do Congresso em 2015



Acesse a versão eletrônica do relatório pelo QR Code ao lado ou www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-anual-da-presidencia/2015



SENADO FEDERAL

Promulgada emenda que dá prazo para troca de partido

A partir de hoje, deputados e vereadores que queiram mudar de legenda têm 30 dias para fazê-lo, sem risco de perder o mandato. Emenda constitucional beneficia candidatos às eleições deste ano

O CONGRESSO PROMULGOU ontem a Emenda Constitucional 91, que abre espaço para que políticos detentores de mandatos eletivos proporcionais (deputados e vereadores) possam mudar de partido sem a perda do cargo. A emenda cria a chamada “janela partidária”, um prazo de 30 dias para que os políticos mudem de legenda sem punição por infidelidade partidária. O prazo deve contar a partir de hoje, com a publicação da emenda.

O texto é derivado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 113/2015, originária da Câmara dos Deputados. A promulgação ocorreu no Plenário do Senado, em sessão dirigida pelo primeiro-vice-presidente da Mesa do Congresso, deputado Waldir Maranhão (PP-MA). A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), segunda-vice-presidente, fez a leitura do texto da emenda promulgada.

A janela partidária era apenas um dos pontos da PEC, que trata mais amplamente da reforma política. Outros itens foram desmembrados



Rose de Freitas (ao lado de Waldir Maranhão) fez a leitura do texto em Plenário

e continuam em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Entre os itens, está a possibilidade do fim de reeleição para presidente, governador e prefeito. O relator na CCJ, Raimundo Lira (PMDB-PB), explicou à época que só havia consenso para que fosse votado em 2016, na comissão, o artigo relativo à janela eleitoral.

Pela legislação atual, os parlamentares só podem mudar de legenda, sem correr risco de perder o mandato, se forem para um partido recém-criado. O entendimento é de que o mandato pertence

ao partido que elegeu o candidato. Senadores, prefeitos e governadores, no entanto, não estão sujeitos a essa regra, pois são titulares de cargos majoritários.

A troca partidária, porém, não será considerada para fins de distribuição do dinheiro do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão.

Um dos interesses na troca de partido agora é a eleição de outubro. Os atuais deputados federais e estaduais, por exemplo, ganham condições de viabilizar suas candidaturas a prefeito por outras legendas.

Capiberibe quer incentivar campanha pelas redes sociais

João Capiberibe (PSB-AP) apresentou projeto para permitir que a divulgação de até 30% das candidaturas de cada partido seja feita exclusivamente pela internet, o que reduz os custos das campanhas eleitorais. O uso cada vez maior das redes sociais, inclusive para debater política, pode ser um estímulo para a opção por essa forma de divulgar a candidatura.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fátima destaca curso de medicina em Mossoró

Na quarta-feira, Fátima Bezerra (PT-RN) informou que as obras na Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), no Rio Grande do Norte, estão adiantadas. A primeira turma de medicina no campus de Mossoró deve ser iniciada já no próximo semestre. No Vale do Açu, o campus de ciências da saúde deve iniciar atividades no segundo semestre de 2017.



Moreira Moutz/Agência Senado

Lasier presta homenagem ao Dia do Repórter

Lasier Martins (PDT-RS) homenageou os repórteres pela passagem do dia do profissional, em 16 de fevereiro. O senador destacou que exerceu a profissão, que considera um “serviço público”, por 50 anos: — O repórter tem sido parte fundamental da nossa democracia por ser o braço e a inteligência que diligencia e informa, fortalecendo as instituições.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe propõe que deputado renuncie para assumir cargo

Reguffe (sem partido-DF) defendeu a promulgação da proposta que exige a renúncia de parlamentar que assumira cargo no Executivo. Para ele, o objetivo da PEC 113/2015 é evitar casos como o de Marcelo Castro, que se exonerou do cargo de ministro da Saúde e reassumiu o mandato de deputado só para votar na eleição para líder do PMDB na Câmara.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Os senadores Jorge Viana (PT-AC), Valdir Raupp (PMDB-RO), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Wellington Fagundes (PR-MT), da Frente Parlamentar Mista Brasil-Peru-China Pró-Ferrovia Bioceânica, receberam na quarta-feira comitiva de empresários chineses interessados na via, que vai ligar o Atlântico ao Pacífico. A comitiva veio ao Brasil trocar informações sobre a obra e oferecer sua experiência na área.

Benedito de Lira critica projeto sobre Petrobras e pré-sal

Para Benedito de Lira (PP-AL), o projeto de acabar com a participação mínima da Petrobras na exploração da camada pré-sal (PLS 131/2015) “equivale a entregar de mão beijada uma riqueza inestimável dos brasileiros a empresas internacionais”. Mesmo que haja problemas com contratos da Petrobras, disse, o setor de petróleo envolve interesses estratégicos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário comemora energia limpa em terras indígenas

O apoio do Ministério de Minas e Energia a projeto de geração de energia eólica, solar e térmica na comunidade indígena de Maturuca, em Uiramutã (RR), “está abrindo uma porteira imensa”, disse Telmário Mota (PDT-RR).



Jefferson Rudy/Agência Senado

— Vamos ter pioneiramente energia eólica e solar na Região Norte e a primeira em comunidades indígenas — afirmou.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 16h50 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h Sessão não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

CRA Tributação na cesta básica

14h Audiência no RS sobre uniformização do ICMS nos produtos da cesta básica.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
- Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana
- Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá
- Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves
- Segundo-secretário:** Zeze Perrella
- Terceiro-secretário:** Gladson Cameli
- Quarta-secretária:** Ângela Portella
- Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez
- Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano
- Diretor-adjunto:** Flávio Faria
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio
- Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá
- Coordenação de Edição:** Silvio Burle
- Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes
- Site:** www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Existem armas contra o *Aedes*, dizem cientistas

Bioinseticidas, mosquitos geneticamente modificados e bactérias já foram testados com sucesso, mas falta coordenação entre as ações e colaboração da população

JÁ EXISTEM ARMAS disponíveis na batalha contra o *Aedes aegypti*, mas investir em mais pesquisa para garantir que a luta será ganha é essencial. Essa é uma das conclusões apresentadas por especialistas durante audiência pública promovida ontem pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Senado do Futuro.

Os debatedores apontaram que bioinseticidas, mosquitos geneticamente modificados e bactérias que infectam insetos já estão disponíveis para combater o *Aedes*. Mas, segundo eles, é preciso que o Brasil invista em pesquisa e estimule parcerias entre instituições de pesquisa e empresas. Também é fundamental a continuidade dos métodos tradicionais de combate ao inseto, com ações e campanhas contra o mosquito transmissor de dengue, zika e chicungunha.

Para o presidente da Comissão Senado do Futuro, Wellington Fagundes (PR-MT), que propôs o debate, o país está diante do maior desafio de saúde pública nas últimas décadas. Ele e a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), criticaram o relaxamento de medidas de contenção do mosquito nos últimos anos, o que teria levado à multiplicação de casos de dengue.

— Precisamos de uma política constante não só hoje, mas de médio e longo prazo de combate ao mosquito — disse Wellington.

Rose Monnerat, pesquisadora da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, apresentou o Inova-Bti,



Ana Amélia e Wellington Fagundes criticaram na audiência o relaxamento no combate ao mosquito

uma nova geração de bioinseticidas. De acordo com ela, o produto é capaz de matar as larvas do mosquito sem prejudicar a saúde das pessoas e dos animais domésticos. Todos os testes laboratoriais e de eficácia já foram concluídos, mas o produto precisa ainda ser registrado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) antes de ser produzido em larga escala.

Esse é o segundo inseticida biológico desenvolvido pela Embrapa com o objetivo de combater as larvas do *Aedes*. Desde 2005, está no mercado o Bt-horus, feito em parceria com a empresa Bthek Biotecnologia. Segundo Rose, ambos os produtos são eficazes contra o mosquito.

O Bt-horus foi usado pela primeira vez em 2007 em São Sebastião, no Distrito Federal, em campanha que uniu a Embrapa, o governo distrital e

a população no combate ao mosquito.

Os resultados, de acordo com a pesquisadora, foram excelentes: o índice de infestação na região, que era de 4%, caiu para menos de 1%, considerado aceitável pela Organização Mundial da Saúde. Ela enfatizou, contudo, que o produto em si não resolve o problema: é preciso engajar a população no combate ao vetor das doenças.

— A vantagem do produto é que é específico para matar a larva do mosquito. Ele tenta equilibrar uma praga que está desequilibrada. Mas é preciso trazer a população para perto.

Para José Manuel Cabral, chefe-geral da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, a audiência promovida pelo Senado deixa claro que ferramentas contra o mosquito transmissor da zika existem, mas falta coordenar esforços.

— Nós temos as ferramentas e po-

demos desenvolvê-las e integrá-las de forma inteligente para obter o resultado imediato no controle dos vetores — avaliou o dirigente.

Diretor de Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UnB), Bergmann Morais Ribeiro disse é preciso atacar o mosquito em várias frentes. Além de bioinseticidas, ele defendeu o uso de mosquito transgênico e de uma bactéria como armas contra a zika.

Ele mencionou o sucesso de testes com o mosquito transgênico, tecnologia da empresa britânica Oxitec. A fêmea fecundada pelo inseto geneticamente modificado produz um ovo infértil. A técnica teria conseguido reduzir em mais de 80% a quantidade de larvas do mosquito *Aedes aegypti* espalhadas por um bairro de Piracicaba (SP).

O uso da bactéria *Wolbachia* também foi exaltado por Ribeiro. Essa técnica faz com que ovos de mosquitos fêmeas infectados não choquem. Mas é preciso dinheiro para desenvolver as tecnologias.

— As várias balas de prata vão aparecer e você pode atacar em várias frentes. Mas precisamos de apoio, de editais competitivos e direcionados para trabalhar com *Aedes*.

O diretor-presidente do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Florindo Dalberto, elogiou as iniciativas e defendeu o estímulo a parcerias entre instituições públicas de pesquisa, empresas e setor produtivo no combate ao mosquito.

Para Aloysio, descaso do governo levou a epidemia

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) associou a epidemia de zika ao descaso do governo com saneamento básico. O senador disse que investir em tratamento de água e esgoto reduz os gastos com tratamento de doenças evitáveis.

Para Aloysio, as perspectivas de combate ao mosquito transmissor da zika não serão animadoras enquanto o governo não cumprir a meta estabelecida no Plano Nacional de Saneamento Básico.

— Se não tivermos serviço de saneamento básico capaz de atender à população, não vamos enfrentar com êxito e resolver esta epidemia.

Viana espera recuperação de rodovias no Acre

O resultado de uma reunião com o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Valter Casimiro Silveira, sobre as obras de recuperação das BRs 364 e 317 foi comemorado por Jorge Viana (PT-AC), que citou a reivindicação de obras no trecho urbano da BR-317 em Brasileia.

— Os comerciantes estão considerando fazer o bloqueio da BR-317 por não aguentarem mais o descaso — afirmou.

Ele classificou de “impraticável” a taxa de juros dos fundos de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. E apelou ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, para reduzir os juros.

Vanessa cobra manutenção de estrada no Amazonas

O governo do Amazonas precisa autorizar as obras de manutenção da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. O pedido foi feito por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

As obras estão paralisadas desde 2015, devido a vários embargos. Ela informou que o Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes (Dnit) já contratou trabalhadores para dar manutenção à rodovia.

— As obras de manutenção não causarão impacto ambiental. Esperamos que em março esteja tudo resolvido.

Blairo pede conclusão rápida das obras na BR-163

Blairo Maggi (PR-MT) pediu ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que “não desperdice” o dinheiro já aplicado na BR-163, que atravessa Mato Grosso, e garanta conservação e restauração enquanto aguarda a concessão da estrada. Ele defendeu que o governo conclua a rodovia em vez de repassar custos ao concessionário.

— Não podemos tolerar a irresponsabilidade e a precariedade da BR-163. Não é raro o dia em que não temos mais de 150 carretas atoladas.

Lira elogia decisão do STF sobre garantia de prisão

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que garante a prisão de alguém condenado pela segunda instância da Justiça ajudará no combate à impunidade no Brasil, disse Raimundo Lira (PMDB-PB).

O senador considerou a medida histórica e capaz de pôr fim “a uma situação que angustiava o brasileiro”: o fato de um condenado em primeira e segunda instância por um assassinato, por exemplo, continuar em liberdade enquanto seu advogado entrava com sucessivos recursos.

Ana Amélia apoia aplicação de pena após 2ª instância

Para Ana Amélia (PP-RS), foi acertada a decisão do STF sobre prisão após condenação em segunda instância.

— O problema crônico do excesso de recursos no Brasil já é velho conhecido da população. Era um cenário perfeito para protelações, rejugamentos, recursos e todas as possibilidades para não punir os culpados.

A senadora citou nota do juiz federal Sergio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava-Jato. Na nota, ele também elogia a decisão e diz que a mudança fecha uma das janelas da impunidade no processo penal no Brasil.

Rose: falta apoio popular a mudança na aposentadoria

Rose de Freitas (PMDB-ES) se disse preocupada com a reforma previdenciária que o governo deve encaminhar ao Congresso. Para a senadora, ainda não há aceitação popular da unificação da idade para homens e mulheres conseguirem a aposentadoria. Rose disse que o governo trabalha com uma idade única para a aposentadoria, independentemente do gênero. Hoje a mulher se aposenta cinco anos mais cedo que o homem. Para ela, é preciso reconhecer as diferenças, pois a mulher tem “dupla e até tripla jornada”. Ela reconheceu, porém, que o tema enfrentado, já que a Previdência vem registrando déficit.

Dário quer solução para onda de violência em SC

Dário Berger (PMDB-SC) disse que Santa Catarina enfrenta uma onda de violência. Desde janeiro, houve 19 assassinatos em Joinville. Segundo o senador, outras cidades também sofrem com o aumento da violência, como Florianópolis, Balneário Camboriú e Criciúma.

— Devemos tratar o problema em Joinville de forma emergencial, urgente e com inteligência. Não entendo como Santa Catarina não solicitou o apoio das forças de segurança nacional. O governo federal também é responsável.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado



Jefferson Rudy/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado



O diplomata Luis Fernando Serra, indicado para a Coreia do Sul, fala na sabatina ao lado do senador Aloysio Nunes Ferreira

Para diplomata, comércio com Coreia precisa mudar

Segundo Luis Fernando Serra, cuja indicação para embaixada em Seul foi aprovada em comissão, Brasil vende majoritariamente matéria-prima agrária para país asiático e só compra produto industrializado

A COREIA DO Sul já sinalizou ao Brasil que quer firmar um acordo de livre comércio com o Mercosul, informou o diplomata indicado para assumir a embaixada no país asiático, Luis Fernando de Andrade Serra. A indicação foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e será submetida ao Plenário. O relator da indicação é Valdir Raupp (PMDB-RO).

Segundo o diplomata, o Brasil ainda não tem posição sobre o melhor momento para iniciar as negociações desse acordo. Em sua opinião, essa seria uma boa chance para tornar as trocas comerciais mais equilibradas. Em 2014, o Brasil registrou um déficit na balança comercial de US\$ 4,7 bilhões. Além disso, 75% da pauta exportadora brasileira à Coreia do Sul é de produtos básicos, enquanto 99% das vendas coreanas ao Brasil referem-se a produtos industrializados.

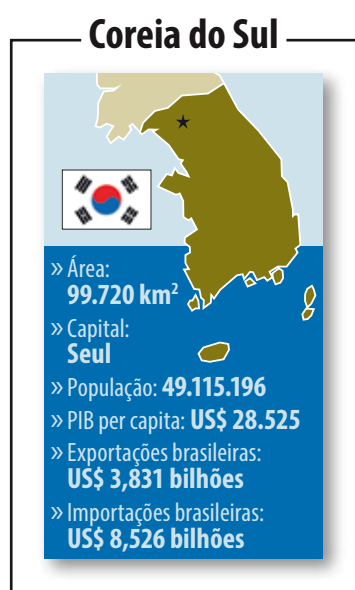
— Nos inquieta a pauta do comércio bilateral. O item número um de nossas exportações é o milho. Achei que estava voltando aos anos 50.

Um dos pontos mais fortes no relacionamento diz respeito à educação. Já passaram pela Coreia do Sul 550 brasileiros participantes do Ciência sem Fronteiras. Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse que a Coreia do Sul é um “exemplo de país que deu certo, depois de enfrentar guerras e pobreza”. Lasier Martins (PDT-RS) elogiou o fato de alunos coreanos estudarem até dez horas por

dia. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou os cortes no Ciência sem Fronteiras.

Para Ana Amélia (PP-RS), a indústria aeronáutica do Brasil poderia ter mais participação no mercado coreano. Fernando Bezerra (PSB-PE) pediu maior aproximação entre as indústrias navais dos dois países. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que muitas indústrias da Zona Franca de Manaus são de origem coreana. Ricardo Ferraço (sem partido-ES) criticou o isolamento do Brasil nas alianças comerciais negociadas no mundo. Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou o fato de a Coreia do Sul ter uma renda per capita duas vezes maior que a brasileira. Hélio José (PMB-DF) defendeu maiores investimentos na divulgação do turismo brasileiro na Coreia.

A CRE também aprovou a criação dos grupos parlamentares Brasil-Coreia do Sul e Brasil-Argentina.



Vice-presidente da Argentina visitará comissão na terça

O presidente da CRE, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), anunciou para terça-feira uma audiência com a vice-presidente da Argentina, Gabriela Michetti, e, para quinta, uma reunião com o deputado venezuelano Luis Florido, presidente da Comissão de Política Exterior da Assembleia Nacional do país.

Nelson Barbosa deve falar sobre Fundo de Garantia à Exportação

A CRE aprovou requerimento de informações ao ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, sobre a atuação do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), vinculado ao BNDES. Também foi aprovada, a pedido de Ana Amélia, audiência sobre o acordo de livre comércio automotivo com o Uruguai.

Tasso propõe avaliação das políticas públicas do Itamaraty

Por requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE), a CRE vai avaliar as políticas públicas a serem adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores em 2016 no que se refere “à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros e à estrutura organizacional e administrativa no exterior”.

Audiência pública em Mato Grosso aprova carta contra terceirização

Os participantes de audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) em Mato Grosso, ontem, aprovaram uma carta contra o projeto de lei da terceirização (PLC 30/2015). O debate foi promovido em conjunto com a Assembleia Legislativa.

— Na prática, o PLC 30 retira direitos de 13,5 milhões de trabalhadores terceirizados e fere as relações de trabalho já estabelecidas no Brasil — disse Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

A comissão tem promovido debates em todos os estados desde a chegada ao Senado do projeto, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).

— A meta é que, ao final do debate nos 27 estados, possamos aprovar um projeto que responda às necessidades dos trabalhadores brasileiros e não permita prejuízo ou precarização — afirmou Paim.

O senador ressaltou que, de cada 5 mortes no trabalho, 4 são de terceirizados, e de cada 100 ações trabalhistas, 80 advêm de relações trabalhistas terceirizadas.

José Medeiros (PPS-MT) disse que é importante regulamentar o tema para dar segurança jurídica aos dois la-

dos envolvidos (empregados e empregadores).

— Não podemos demonizar a terceirização. É preciso modernizar as relações de trabalho — disse o senador.

O presidente em exercício da Assembleia Legislativa, deputado Pedro Satélite (PSD), ressaltou a importância do tema para todos os trabalhadores. O deputado Nininho (PR) disse que todas as propostas devem ser tratadas em debates com participação de todos os lados.

A *Carta de Mato Grosso* afirma que o PLC 30/2015 corresponde a uma “radical reforma trabalhista supressora dos direitos conquistados na luta, sob o eufemismo da contratação de empresas especializadas”. A audiência reuniu representantes e militantes de diversos fóruns e sindicatos de trabalhadores, além de estudantes.

Hoje o debate ocorre em Mato Grosso do Sul. Os próximos serão em Sergipe (25/2), Alagoas (26/2), Tocantins (10/3) e Goiás (11/3). Haverá uma audiência final em Brasília, em maio.

(Com informações da Assembleia Legislativa de Mato Grosso)

Defesa de Delcídio diz que prisão e provas contra ele são ilegais

Foi apresentada ontem a defesa do senador Delcídio do Amaral (PT-MS) contra a representação protocolada no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Dois advogados entregaram o documento, que alega que a prisão preventiva do senador é inconstitucional e que as provas existentes contra ele foram obtidas de forma ilegal.

Delcídio foi preso em novembro pela Polícia Federal por suspeita de obstruir a Operação Lava-Jato, que investiga corrupção na Petrobras. A voz dele é ouvida em áudio especulando formas de tirar da cadeia o ex-diretor da estatal Nestor Cerveró. Para a defesa, a gravação foi “sorratamente obtida” pelo filho de Cerveró, Bernardo.

A prisão preventiva é contestada pela defesa por ausência de flagrante e pela possibilidade de fiança para o crime do qual Delcídio é acusado: obstrução à Justiça.

A defesa também alega que Delcídio não atuava como senador durante a conversa gravada. Por isso, não estaria sujeito à perda do mandato. Os áudios, segundo a tese, evidenciam a proximidade dele como amigo da família.



Delcídio pede a troca do relator do seu caso no Conselho de Ética

Outro argumento contestado pelos advogados é o de que Delcídio estaria tentando influenciar ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à prisão de Nestor Cerveró. Para a defesa, as declarações do senador ouvidas na gravação trataram-se de “simples jactância”, porque ele não teria poder para concretizá-las. Além disso, o documento destaca que o senador não teve encontros com os ministros.

Os advogados de Delcídio também pediram a substituição do relator do caso no Conselho de Ética, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO). O colegiado, que na semana que vem deve ser convocado para se reunir, precisa decidir sobre a manutenção ou não da relatoria antes de analisar o mérito do caso.

Senado vai homenagear ex-senador Pompeu de Souza

O centenário de nascimento do ex-senador pelo Distrito Federal Pompeu de Souza será homenageado em sessão especial do Senado, em 18 de abril. O requerimento foi de Cristovam Buarque (PDT-DF).

Roberto Pompeu de Souza Brasil nasceu em Redenção

(CE), em março de 1916. Foi professor, sociólogo e jornalista. Como senador constituinte, foi responsável pelo artigo 220 da Constituição, que proporcionou aos meios de comunicação ampla liberdade de imprensa. Também trabalhou na implantação de um plano

diretor no DF e ajudou na fundação da Universidade de Brasília (UnB). Pompeu de Souza morreu em junho de 1991, aos 75 anos.

— Pompeu é para sempre um símbolo na luta brasileira pelo progresso democrático com uma imprensa livre — registrou Cristovam.